



Ministério da Saúde  
Conselho Nacional dos Secretários de Saúde  
Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – CIT  
PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DECISÕES DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2010  
17 DE JUNHO DE 2010

**Apresentação Inicial**

Alberto Beltrame, Secretário da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde - SAS/MS, iniciou a reunião com boas vindas e informando que o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão estará presente nesta reunião, com o objetivo de divulgar os resultados da Campanha de Vacinação e das ações desencadeadas para o combate à Gripe H1N1.

CONASEMS solicitou retirada do item 2.b) de pauta, que diz respeito à Minuta de Portaria que estabelece incentivo financeiro para implantação das Redes Estaduais de Serviços Reabilitação para Pessoas com Deficiência, alegando que o tema não foi discutido no GT de Atenção à Saúde.

Registrou ainda a satisfação pelo retorno de Enio Servilha, Secretário - Executivo do CONASEMS, dando-lhe as boas vindas.

Agradeceu MS e CONASS pelo apoio na realização do XXVI Congresso Nacional das Secretarias Municipais de Saúde, ocorrido de 25 a 28 de maio de 2010, em Gramado-RS.

Solicitou mudança no encaminhamento da CIT/Maio, acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal que faculta ao paciente optar por condições especiais de internação, mediante pagamento da diferença em relação aos limites de custos estabelecidos pelo sistema público sobre pagamento complementar em serviços privados credenciados ao SUS, visto que esse Tribunal julgou sete ações semelhantes, sempre com a mesma decisão, e com base na ausência de legislação sobre o assunto. Afirmou que as Leis nº 8080/90 e nº 8142/90 são omissas em relação à matéria, de modo que as decisões do STF referem-se a essa ausência de legislação. Propôs elaboração de Projeto de Lei – PL de iniciativa do Executivo, para tramitar em caráter de urgência no Congresso Nacional.

CONASS reforçou cumprimentos pelo retorno de Enio Servilha ao CONASEMS e concordou com proposição de elaboração de PL, sugerindo a constituição de grupo de trabalho envolvendo o jurídico das três instituições.

MINISTÉRIO DA SAÚDE concordou com a retirada do item 2.b) da pauta, ressaltando que a minuta de portaria apenas modifica a modalidade de transferência dos recursos, de convênio para fundo a fundo, atendendo à diretriz do Pacto pela Saúde. Informou publicação, no Diário Oficial da União de 17 de Junho, da portaria que versa sobre transferência de recursos da atenção básica e de média e alta complexidade para enfrentamento da Gripe A – H1N1.

ENCAMINHAMENTO: (i) retirada do item 2.b) da pauta da CIT de Junho, cuja minuta de Portaria deverá ser discutida no GT de Atenção e incluída na pauta da CIT de Julho para pactuação; (ii) constituição de grupo de trabalho com participação da Consultoria Jurídica do MS, de CONASS e CONASEMS, conduzido pela Secretaria de Atenção à Saúde/MS para elaboração de Projeto de Lei que verse sobre impossibilidade de condições

especiais de atendimento na rede privada credenciada ao SUS, mediante pagamento complementar.

## Decisões / Encaminhamentos

### 1. Homologações e Certificações

a) Termos de Compromisso de Gestão Municipal (relação anexa). DAGD/SE.

a) Homologados.

Foi registrado o alcance de 100% de adesão ao Pacto pela Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.

### 2. Discussões e Pactuações

a) Minuta de Portaria que redefine, no âmbito do SUS, a prestação de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos. DAE/SAS/MS.

a) Pactuada.

CONASEMS: solicitou alteração na redação do art. 2º, § 3º, incluindo possibilidade de transferência dos recursos para tetos municipais.

Solicitou esclarecimentos sobre os recursos relativos a 2011, pois a redação da portaria oferece margem à dúvida, e que seja acrescido no texto que os R\$ 150 milhões são somados aos 200 milhões de 2010, ou se acrescente que para 2011 seja no mínimo de R\$ 150 milhões.

MINISTÉRIO DA SAÚDE e CONASS: esclareceram que o valor de 2010 corresponde a R\$ 200 milhões, a serem gastos até junho de 2011 e que está assegurado R\$ 150 milhões para 2011. Ressaltaram que a discussão do financiamento dos procedimentos cirúrgicos eletivos não se esgota com a portaria, visto a necessidade de avançar na migração do FAEC para o MAC, sendo imprescindível avaliar esse processo ao longo de 2010.

DECISÕES:

- ✓ publicação imediata da portaria com os recursos para 2010;
- ✓ continuar a discussão no GT de Atenção sobre como se dará o processo em 2011;
- ✓ incluir parágrafo único no artigo 4º acerca da necessidade de pactuação na CIT;
- ✓ alterar redação do art. 2º, § 3º, acrescentando possibilidade de transferência de recursos aos municípios.
- ✓ elaboração de Nota Técnica, pelo MS, referente ao conteúdo do parágrafo 1º do artigo 2º, para esclarecer sobre como se dará a programação neste novo processo.

b) Minuta de portaria que estabelece incentivo financeiro para implantação

b) Retirada de pauta.

<p>das Redes Estaduais de Serviços de Reabilitação para Pessoas com Deficiência. DAPES/SAS/MS.</p>	
<p>c) Minuta de Portaria que estabelece repasses financeiros para continuidade das ações específicas da Política Nacional de Promoção da Saúde.</p>	<p>c) Pactuada.</p> <p>MINISTÉRIO DA SAÚDE: enfatizou que a portaria trata de recursos disponíveis para continuidade das ações em andamento em municípios estados que receberam recursos anteriores, e não o financiamento da Política de Promoção da Saúde.</p> <p>CONASEMS: apresentou pleito de municípios para ampliação do número de projetos a serem financiados, visto que em 2009 foram apresentados cerca de 3.500 projetos e aprovados somente 1.300. Destacou o esforço de muitos municípios na implementação das ações de promoção da saúde, reafirmando que não está sendo discutido o financiamento da política, e sim a garantia de continuidade de ações já iniciadas.</p> <p>DECISÃO: incluir na pauta do GT de Vigilância em Saúde a discussão do modelo de financiamento da Política de Promoção da Saúde.</p>
<p>d) Minuta de Portaria que estabelece orientações complementares sobre Região de Saúde Intramunicipal. CGDPD/DAGD/SE.</p>	<p>d) Pactuada.</p> <p>Minuta discutida no GT de Gestão, contendo orientações complementares sobre o assunto, visto que as disposições da Portaria GM/MS nº 699/2006 se mostraram insuficientes para responder os questionamentos dos municípios, quando da constituição dessa modalidade de região de saúde.</p>
<p>3. Apresentações e Discussões</p>	
<p>a) Balanço da Campanha de Vacinação contra o vírus H1N1. GAB/MS.</p>	<p>Apresentados resultados positivos das ações para enfrentamento da Gripe A H1N1, pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que tiveram repercussão internacional, tais como:</p> <p>Cobertura de 22 de março até 16 de junho de 2010:</p> <p>81 milhões de pessoas vacinadas em todo Brasil, atingindo a meta global de vacinar pelo menos 80% do público-alvo de 92 milhões de pessoas, o que representa uma cobertura de 88%.</p> <p>O Brasil também foi o país que mais vacinou em termos de percentual da população total. Foi imunizada 42% de toda a população.</p> <p>Cobertura por grupos prioritários:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ crianças menores de 2 anos: 119%</li> <li>✓ trabalhadores da saúde: 118%.</li> <li>✓ doentes crônicos – todas as idades: 111%</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ indígenas que vivem em aldeias: 86%</li> <li>✓ adultos de 20 a 29 anos: 83%</li> <li>✓ adultos de 30 a 39 anos; 70%</li> <li>✓ gestantes: 73%</li> <li>✓ crianças de 2 anos a menores de 5 anos: 40%</li> </ul>
<p>b) Reunião da Câmara Técnica da CIT e grupos de trabalho: encaminhamentos. CT-CIT.</p>	<p>Apresentados os encaminhamentos da reunião da Câmara Técnica e membros dos seus oito grupos de trabalho, afetos: (i) à implementação da agenda tripartite para 2010; (ii) retomada das atividades do GT de Planejamento&amp;Financiamento e do GT de Informação&amp;Informática; (iii) à funcionamento dos grupos; (iv) ao monitoramento e avaliação dos grupos pela Câmara Técnica.</p> <p>Nas discussões do Plenário da CIT foi destacado o ganho no processo de trabalho, tanto dos grupos, quanto da própria Tripartite, que ganham novo impulso, com proposta de avaliação permanente e qualificação das discussões.</p>
<p>4. Informes (anexos)</p>	
<p>Processo de monitoramento do acesso das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e dos respectivos Conselhos de Saúde ao SARGSUS – Sistema de Apoio à construção do Relatório Anual de Gestão. SGEP/MS.</p>	
<p>Portaria que inclui na Tabela de Estabelecimentos do Sistema do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – SCNES, o tipo de estabelecimento – Unidade de Pronto Atendimento. DAEM-DRAC/SAS/MS.</p> <p>CONASS solicitou que no Artigo 1º, Parágrafo 1º, se faça referência de que a UPA integra a Rede de Atenção às Urgências e Emergências.</p>	
<p>Alberto Beltrame - SAS/MS informou o cumprimento do cronograma de entrega dos equipamentos para enfrentamento da Gripe A - H1N1, os quais encontram-se quase integralmente distribuídos em todo o Brasil, com previsão de término até o final do mês de junho. Além disso, serão enviados ofícios às SES, SMS e hospitais que receberam os equipamentos, solicitando informações sobre a instalação de equipamentos, se foi reposição ou abertura de novos leitos.</p>	
<p>Francisco Campos, Secretário de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde - SGTES/MS, reafirmou convite para o Seminário Nacional de Educação na Saúde, que ocorrerá de 18 a 21 de julho de 2010.</p>	